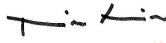


Concordo.


Assinado de forma digital por David João
Varela Xavier
DN: cn=PT, cn=Secretaria-Geral da
Presidência do Conselho de Ministros,
cn=David João Varela Xavier
Dados: 2018.11.21 17:44:03 Z

Miguel
Agrochão
Assinado de forma digital por Miguel Agrochão
DN: cn=PT, cn=Agência de Gestão da Tesouraria
e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., ou=SG
Presidência Conselho Ministros, ou=Certificado
para Pessoa Singular, cn=Miguel Agrochão
Dados: 2018.11.21 16:38:46 Z

Despacho:

Rosa Filomena Brás
Lopes Monteiro

Assinado de forma digital por Rosa Filomena Brás Lopes Monteiro
DN: cn=PT, cn=Agência de Gestão da Tesouraria
e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., ou=SG
Presidência Conselho Ministros, ou=Certificado
para Pessoa Singular, cn=Rosa Filomena Brás Lopes Monteiro
Dados: 2018.11.21 17:22:02 Z

Inf. n.º PLAV/1091/2018

Data:2018-11-21

Assunto: SIADAP 1- CIG - QUAR e Plano de Atividades 2018

No âmbito da PCM as atribuições em matéria de planeamento, estratégia e avaliação estão cometidas à Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros¹ (SGPCM). Cumpre-lhe assegurar a coerência, coordenação e acompanhamento do ciclo de gestão dos serviços com os objetivos globais do ministério e sua articulação com o SIADAP, bem como acompanhar e validar os objetivos e indicadores de desempenho do Quadro de Avaliação e Responsabilização².

Os serviços propõem os objetivos e entregam o QUAR e o Plano de Atividades até 30 de novembro de 2017, para que, após emissão de parecer prévio de validação pela SGPCM, o membro do Governo aprove, até 15 de dezembro, os objetivos a prosseguir em 2018.

Considerando a informação disponibilizada pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) procedeu-se ao preenchimento da lista de validação, que se anexa como parte integrante desta informação. Do ponto de vista técnico e metodológico, o QUAR de 2018 da CIG reúne os requisitos necessários, pelo que se propõe à consideração superior do membro do Governo a decisão de aprovação.

À consideração superior,

O Técnico Superior

LUÍS DOMINGOS
PEREIRA CÁ
Assinado de forma digital por
LUÍS DOMINGOS PEREIRA
CÁ
Dados: 2018.11.21 16:25:37 Z

A Chefe de Divisão

Filipa Elias
Assinado de forma digital por Filipa Elias
DN: cn=PT, cn=Agência de Gestão da Tesouraria
e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., ou=SG
Presidência Conselho Ministros, ou=Certificado
para Pessoa Singular, cn=Filipa Elias
Dados: 2018.11.21 16:19:47 Z

¹ Nos termos do n.º 2 do art.º 8.º e do art.º 13.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

² Nos termos conjugados do art.º 81.º e 13.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, Lei n.º 55-A/2010 e Lei 66-B/2012, todas de 31 de dezembro, cumpre à SGPCM.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

CIG - QUAR E PLANO DE ATIVIDADES 2018

Legenda: S - Sim; N - Não; P - Parcialmente; N/A - Não Aplica

ORIENTAÇÕES GERAIS	RESPOSTA	OBSERVAÇÕES
DATAS E DOCUMENTOS		
A entrega dos QUAR e PA foi efetuada até à data definida?	N	O projeto de QUAR e Plano de Atividade (PA) foram remetidos por mensagem eletrônica de 19/07/2018
É acompanhado da proposta de orçamento aprovado?	N	Informação passível de ser consultada no sítio da Direção-Geral do Orçamento.
É acompanhado do Mapa de Pessoal aprovado?	N	No âmbito do Novo Modelo Organizacional dos Ministérios a SGPCM tem acesso direto a essa informação pelo que dispensa o envio.
Existe alinhamento entre o QUAR e PA?	S	
PROGRAMA ORÇAMENTAL		
É responsável por indicadores do Programa Orçamental (PO)?	S	Os seguintes objetivos operacionais do QUAR: “O1 - Promover a igualdade entre mulheres e homens”; “O2 - Prevenir e combater a violência doméstica, a violência de género e o tráfico de seres humanos” e “O3 - Combater a discriminação em razão da orientação sexual, identidade expressão de género e características sexuais” contribuem para o cumprimento do objetivo do Programa Orçamental 02 - Governação - “Promover a integração da perspectiva de género nos diversos domínios da vida política, social, económica e cultural”.
A monitorização do QUAR/PA permite a monitorização do PO?	S	Cumulativamente, os objetivos 1, 2 e 3 do QUAR da CIG monitorizam o contributo da CIG no âmbito do Programa Orçamental, assim como a respetiva capacidade de congregar os dados necessários ao acompanhamento trimestral dos resultados obtidos nos diferentes Planos e Programas Nacionais.
QUAR		
MODELO E MISSÃO		
O QUAR foi registado no GEADAP?	S	
Inscribe a Missão?	S	Versão sucinta do previsto na lei orgânica.
Identifica a Lei Orgânica?	N	A Lei Orgânica é identificada em sede de Plano de Atividades (pág.7).



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos são iguais aos do ano anterior?

S

É evidente o alinhamento entre OE, as GOP e a missão da entidade?

S

OBJETIVOS OPERACIONAIS

O n.º de objetivos é igual ou inferior a 5?

N

6 Objetivos operacionais, número acima do recomendado pelo Conselho Coordenador da Avaliação dos Serviços (CCAS).

Todos os parâmetros têm objetivos?

S

Eficácia - O1, O2, O3; Eficiência - O4, O5; Qualidade - O6.

O somatório das ponderações dos parâmetros corresponde a 100%?

S

Eficácia - 40%; Eficiência - 40%; Qualidade - 20%.

Todos os objetivos têm peso (no total 100% por parâmetro)?

S

O1 - 25%, O2 - 40%, O3-35% // O4-50%, O5-50% // O6-100%.

Os objetivos mais relevantes estão identificados?

S

Identificam nas notas explicativas do QUAR: O4, O5 e O6.

Representam pelo menos 50% do número total de objetivos?

S

3 em 6.

A soma dos pesos desses objetivos é superior a 50%?

N

A soma dos objetivos mais relevantes identificados no QUAR apresenta um peso de 46%, ficando aquém dos 50%.

INDICADORES

O n.º de indicadores é igual ou inferior a 2 por objetivo?

S

Todos os indicadores têm peso (no total 100% por objetivo)?

S

A unidade de medida está identificada?

S

Os cálculos matemáticos do indicador estão identificados?

N

Não são apresentadas as fórmulas de cálculo dos indicadores. De ponderar a sua inclusão em futuros exercícios.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

O indicador é coerente com o objetivo operacional?

S

Há indicadores com informação de histórico?

S

Apenas o ind.2 apresenta histórico.

Os indicadores permitem a monitorização ao longo do ano?

P

Tratando-se de indicadores de índole temporal, o ind. 7 não permite a monitorização intercalar dos resultados. Em exercícios futuros, sugere-se a monitorização por indicadores de projeto.

METAS, TOLERÂNCIAS E VALOR CRÍTICO

As metas observam os resultados de desempenhos anteriores?

P

Apenas o ind 2 apresenta histórico, com meta mais ambiciosa do que estabelecida para 2017. Em exercícios futuros sugere-se justificação para a manutenção das mesmas metas em anos seguintes.

Os indicadores têm o correspondente valor crítico?

S

Os valores críticos estão justificados?

S

De notar, contudo que, a explicação apenas refere que o valor crítico respeita ao melhor desempenho que se pode aspirar alcançar. No entanto, a lógica na sua definição não é clara.

RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

Existe alinhamento com os documentos previsionais?

S

Os valores financeiros inscritos no QUAR correspondem ao orçamento inicial aprovado na Assembleia da República para 2018.

O cálculo de RH planeados está correto?

S

Existe informação adicional sobre os recursos nas Notas Explicativas?

S

Os RH aprovados perfazem um total de 60 (48 CIG + 12 EMIG) sendo este o número que consta do QUAR.

FONTES DE VERIFICAÇÃO

Há coerência com o indicador?

S

As fontes de verificação são diversificadas?

P

De acordo com as orientações do Sistema de Controlo Interno, as fontes de verificação devem radicar maioritariamente em aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados.

Permitem a monitorização ao longo do ano?

S

ENTIDADES HOMOGÉNEAS

Existe um sistema de indicadores de desempenho?

N

Considerando a existência de um serviço desconcentrado seria interessante promover um exercício de comparação nos casos em que houvesse coincidência nos serviços prestados.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

É possível ordenar as unidades numa lógica de eficiência relativa?

N/A

PLANO DE ATIVIDADES

SUMÁRIO EXECUTIVO

Apresenta sumário executivo?

S

NOTA INTRODUTÓRIA

Caracteriza o ambiente interno?

S

Caracteriza o ambiente externo?

N

Identifica os principais clientes?

S

Tipifica os serviços fornecidos e a fornecer?

S

Explicita o processo de elaboração e mecanismos de participação?

S

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

Identifica as orientações gerais de curto prazo a nível macroeconómico?

N

Identifica as orientações de curto e médio prazo para o setor de atividade?

S

Identifica objetivos estratégicos prosseguidos pelo organismo?

S

Explicita a articulação entre os objetivos e o Programa do Governo?

S

ATIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS

Identifica e contextualiza os objetivos operacionais incluídos no QUAR?

S



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Contextualiza os objetivos operacionais que estão para além do QUAR?

S

Identifica a relação entre os objetivos operacionais e os objetivos estratégicos?

S

A formulação permite aferir o grau de realização do PA?

S

O capítulo 3.6 apresenta uma estrutura semelhante à do QUAR, pelo que é possível determinar o grau de execução dos três objetivos aí incorporados. No entanto, existe margem para trabalhar o mecanismo de aferição do grau de concretização do Plano de Atividades.

Existe relação entre atividades, objetivos e recursos a alocar?

N

PLANO DE FORMAÇÃO

Apresenta o plano de formação?

S

Em documento autónomo.

MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Apresenta um capítulo referente às medidas de modernização administrativa?

S

O O5 do QUAR encerra uma dimensão de modernização administrativa. No Plano de Atividades são identificadas as áreas de intervenção previstas para 2018.

Identifica a previsão de poupanças a verificar?

N

PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Apresenta secção referente à publicidade institucional?

S



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

BOAS PRÁTICAS A REPLICAR

A CIG tem vindo a consolidar a aplicação do subsistema SIADAP 1, evidenciando uma dinâmica progressiva de incorporação de anteriores sugestões. Neste sentido, destacam-se como boas práticas a disseminar pelas restantes entidades integradas e apoiadas pela Presidência do Conselho de Ministros as seguintes:

- Privilegiam o alinhamento com os objetivos do Programa Orçamental que integram;
- Detalham as atividades que dão substância a cada objetivo operacional do QUAR.

PRÓXIMOS PASSOS

A presente secção sistematiza um conjunto de recomendações e/ou sugestões que podem ter origem: i) na necessidade de garantir a conformidade legal do processo de avaliação; ou ii) num estímulo de evolução e aperfeiçoamento, em consonância com as melhores práticas, nomeadamente as que se verificam no universo de entidades apoiadas pela SGPCM em matéria de planeamento, estratégia e avaliação. Neste sentido, sugerem-se como desafios para o futuro:

- O QUAR visa maximizar a proximidade dos serviços públicos ao cidadão. Para o efeito, convém que elementos facilitadores da compreensão do documento, como as fórmulas de cálculo dos indicadores, sejam adicionados, por exemplo no campo das notas explicativas;
- Procurar maior rigor na definição dos objetivos operacionais. Estes não têm de abranger a totalidade das atribuições e atividades do organismo, no entanto deverão corresponder às ações com maior expressão política e financeira. Nesse sentido, recomenda o Conselho de Coordenação de Avaliação dos Serviços (CCAS) um limite de cinco objetivos operacionais no QUAR;
- A escolha dos objetivos mais relevantes do QUAR deve ter em conta o seu peso, dentro dos parâmetros;
- Atento ao momento do envio dos instrumentos de gestão, o rigor da análise, que é apanágio desta SGPCM, ficou comprometido, assim não foram relevadas pequenas imperfeições detetadas nos referidos instrumentos de gestão.

Quadro de Avaliação e Responsabilização
ANO:2018

Presidência do Conselho de Ministros

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

MISSÃO: A Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género tem por missão garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género.

Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO	META 2018	TAXA REALIZAÇÃO
Promover a integração da perspectiva de género (mainstreaming de género) nos diversos domínios da vida política, social, económica e cultural, nomeadamente ao nível da Administração Pública (directa ou indirecta), empresas e organizações da sociedade civil.		
Promover a difusão e defesa dos Direitos Humanos, nomeadamente no que se refere ao exercício da cidadania, à igualdade de oportunidades e promover a transversalidade dos princípios da igualdade de género, como factores obrigatórios na construção de uma sociedade inclusiva.		
Prevenir e combater todas as formas de discriminação e violência cometidas por motivos de género, nomeadamente ao nível da violência doméstica e do tráfico de seres humanos.		
Promover a melhoria organizacional a nível de estrutura, processos e pessoas.		

Objectivos Operacionais
Eficácia
Peso: 40.0
OO1 PROMOVER A IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS
Peso: 25.0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND1 Taxa de execução das medidas propostas pelos Ministérios, relativamente ao projeto «gender budgeting»			75.00	5.00	100.00	100			

OO2 PREVENIR E COMBATER A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, A VIOLÊNCIA DE GÉNERO E O TRÁFICO DE SERES HUMANOS
Peso: 40.0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND2 Crescimento da oferta para implementação da medida de proteção por «Teleassistência»		1200.0	1440.00	15.00	1500.00	50			
IND3 Taxa de acompanhamento e supervisão técnica da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica			70.00	5.00	100.00	50			

OO3 COMBATER A DISCRIMINAÇÃO EM RAZÃO DA ORIENTAÇÃO SEXUAL, IDENTIDADE E EXPRESSÃO DE GÉNERO, E CARACTERÍSTICAS SEXUAIS
Peso: 35.0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND4 Taxa de execução dos recursos financeiros disponíveis, para a «Pequena subvenção 2,0» no âmbito de projetos LGBTI.			75.00	5.00	100.00	100			

Eficiência
Peso: 40.0
OO4 GARANTIR O LANÇAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO (ENIND) - PORTUGAL + IGUAL
Peso: 50.0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND5 Número de medidas operacionalizadas no âmbito da ENIND, designadamente nas matérias de igualdade entre mulheres e homens (IMH), prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica (VMVD) e combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade de género e características sexuais (OIC)			20.00	10.00	50.00	100			

OO5 ASSEGURAR UMA EFICIENTE OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCURSOS NO ÂMBITO DO POISE(EIXO 3; PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 9.3)
Peso: 50.0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
-------------	------	------	-----------	------------	---------------	------	-----------	-----------------	---------------

Quadro de Avaliação e Responsabilização
Objectivos Operacionais

IND6 Número de concurso abertos no âmbito do POISE, designadamente nas tipologias de operações «3.15» - («Formação de públicos estratégicos»), «3.16» - («Apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos») e «3.17» - («Instrumentos específicos de proteção das vítimas e de acompanhamento de agressores na violência doméstica»)			5.00	2.00	8.00	100			
---	--	--	------	------	------	-----	--	--	--

Qualidade
Peso: 20.0
006 PROMOVER INICIATIVAS PROPICIADORAS DE MELHORIAS A NÍVEL DA ESTRUTURA E PROCESSOS ORGANIZACIONAIS
Peso: 100.0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND7 Grau de satisfação dos/as trabalhadores/as da CIG face à operacionalização de medidas TIC.			60.00	8.00	75.00	100			

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção superior *	20.0	60.0		.0
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa *	16.0	112.0		.0
Técnico Superior *	12.0	408.0		.0
Assistente Técnico *	8.0	80.0		.0
Assistente Operacional *	5.0	20.0		.0
Especialista de Informática	12.0	12.0		.0
Técnico de Informática	8.0	8.0		.0
		700.0		

Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:

31/12/2017	31/12/2018
53	

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS (EUROS)	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de Funcionamento	2757851		
Despesas c/Pessoal	1516263		
Aquisições de Bens e Serviços	1097002		
Outras Despesas Correntes	144586		
PIDDAC	1520676		
Outros Valores			

TOTAL (OF + PIDDAC + Outros)
4278527

Quadro de Avaliação e Responsabilização
NOTA EXPLICATIVA

Objectivos Relevantes: 004, 005 e 006

Recursos Humanos

O mapa de pessoal aprovado para 2018 prevê um total de 60 postos de trabalho. Destes 48 respeitam à CIG e 12 à Estrutura de Missão para a Igualdade de Género (EMIG). Os 60 postos de trabalho repartem-se pelos seguintes cargos/carreiras/catégorias: 3 de direcção superior; 5 de direcção intermédia; 2 chefias de equipa multidisciplinar; 34 da carreira de técnico superior; 1 da carreira de especialista de informática; 1 da carreira de técnico de informática; 10 da carreira de assistente técnico e 4 da carreira de assistente operacional.

Recursos Financeiros

No âmbito do orçamento de funcionamento, o valor das aquisições de bens e serviços incluem 1.060.002€ referentes à aquisição de bens e serviços e 37.000€ referentes à aquisição de bens de capital. As outras despesas correntes incluem 21.586€ referente à reserva orçamental e 123.000€ referente às transferências correntes. O orçamento PIDDAC inclui 489.696€ referentes a despesas com o pessoal da Estrutura de Missão para a Igualdade de Género e no âmbito do programa EEAGrants, 788.463€ referentes à aquisição de bens e serviços, 233.334€ referentes a transferências correntes e 9.128€ referentes a aquisição de bens de capital.

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS
Avaliação Final

Eficácia	0.0	
PROMOVER A IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS		
PREVENIR E COMBATER A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, A VIOLÊNCIA DE GÉNERO E O TRÁFICO DE SERES HUMANOS		
COMBATER A DISCRIMINAÇÃO EM RAZÃO DA ORIENTAÇÃO SEXUAL, IDENTIDADE E EXPRESSÃO DE GÉNERO, E CARACTERÍSTICAS SEXUAIS		
Eficiência	0.0	
GARANTIR O LANÇAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO (ENIND) - PORTUGAL + IGUAL		
ASSEGURAR UMA EFICIENTE OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCURSOS NO ÂMBITO DO POISE(EIXO 3; PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 9.3)		
Qualidade	0.0	
PROMOVER INICIATIVAS PROPICIADORAS DE MELHORIAS A NÍVEL DA ESTRUTURA E PROCESSOS ORGANIZACIONAIS		

TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	NOTA FINAL
0.000	

Indicadores	Justificação do Valor Crítico
IND1 Taxa de execução das medidas propostas pelos Ministérios, relativamente ao projeto «gender budgeting»	O valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pode aspirar alcançar.
IND2 Crescimento da oferta para implementação da medida de protecção por «Teleassistência»	
IND3 Taxa de acompanhamento e supervisão técnica da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica	O valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pode aspirar alcançar.
IND4 Taxa de execução dos recursos financeiros disponíveis, para a «Pequena subvenção 2,0» no âmbito de projetos LGBTI.	O valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pode aspirar alcançar.
IND5 Número de medidas operacionalizadas no âmbito da ENIND, designadamente nas matérias de igualdade entre mulheres e homens (IMH), prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica (VMVD) e combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade de género e características sexuais (OIC)	O valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pode aspirar alcançar.
IND6 Número de concurso abertos no âmbito do POISE, designadamente nas tipologias de operações «3.15» - («Formação de públicos estratégicos»), «3.16» - («Apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos») e «3.17» - («Instrumentos específicos de protecção das vítimas e de acompanhamento de agressores na violência doméstica»)	O valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pode aspirar alcançar.
IND7 Grau de satisfação dos/as trabalhadores/as da CIG face à operacionalização de medidas TIC.	O valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pode aspirar alcançar.

Indicadores	Fonte de Verificação
IND1 Taxa de execução das medidas propostas pelos Ministérios, relativamente ao projeto «gender budgeting»	Relatório de monitorização da aplicação do projeto

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Indicadores	Fonte de Verificação
IND2 Crescimento da oferta para implementação da medida de proteção por «Teleassistência»	Relatório de monitorização
IND3 Taxa de acompanhamento e supervisão técnica da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica	Relatório de monitorização
IND4 Taxa de execução dos recursos financeiros disponíveis, para a «Pequena subvenção 2,0» no âmbito de projetos LGBTI.	Relatório da aplicação dos recursos financeiros disponíveis para a «Pequena subvenção 2,0» no âmbito de projetos LGBTI.
IND5 Número de medidas operacionalizadas no âmbito da ENIND, designadamente nas matérias de igualdade entre mulheres e homens (IMH), prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica (VMVD) e combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade de género e características sexuais (OIC)	Relatório intercalar sobre a execução das medidas dos Planos Nacionais de Ação
IND6 Número de concurso abertos no âmbito do POISE, designadamente nas tipologias de operações «3.15» - («Formação de públicos estratégicos»), «3.16» - («Apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos») e «3.17» - («Instrumentos específicos de proteção das vítimas e de acompanhamento de agressores na violência doméstica»)	Relatório de monitorização da aplicação das medidas das tipologias 3.15, 3.16 e 3.17 do POISE
IND7 Grau de satisfação dos/as trabalhadores/as da CIG face à operacionalização de medidas TIC.	Relatório final de avaliação da satisfação dos/as trabalhadores/as da CIG face à operacionalização de medidas TIC